

RESENHA DE LIVRO

RESENHAS
DE LIVROS



TEJIENDO DE OTRO MODO: FEMINISMO, EPISTEMOLOGÍA Y APUESTAS DESCOLONIALES EN ABYA YALA, organizado por Y. E. Miñoso, D. G. Correal e K. O. Muñoz. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

Maíra Silva Ribeiro

Universidade Federal de Rondônia

Email: silvaribeiro.maira@gmail.com

A partir da década de 1980, na região de *Abya Yala* (forma como alguns povos indígenas denominam a América Latina), começaram a emergir discursos e políticas que trouxeram visibilidade às mulheres que reivindicavam e problematizavam suas condições de raça/gênero/sexualidade/classe, e desafiavam discursos hegemônicos ocidentais. O livro “*Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descolo-*

niales en Abya Yala” é uma reunião de artigos que contribuíram para a configuração de uma área que combina teoria e prática feminista, o pensamento de mulheres indígenas e afrodescendentes, e decolonialidade. Organizado por Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz, a coletânea traz textos imprescindíveis para compreender a história das ideias, os conceitos, análises e debates que foram estruturando o feminismo decolonial em *Abya Yala*.

Os artigos selecionados foram organizados em cinco grandes capítulos. As autoras selecionadas são ativistas e pensadoras críticas comprometidas com posturas que marcam o feminismo latino-americano. Nesse sentido, os textos selecionados não são exclusivamente acadêmicos, são antes de tudo produções comprometidas com as correntes autônomas, radicais e antiliberais do feminismo. São textos que possuem uma relevância histórica por se oporem aos discursos convencionais e aos consensos impostos.

O primeiro capítulo intitulado “Debates sobre colonialidad del género y (hetero)patriarcado” conta com os trabalhos de María Lugones, Rita Laura Segato, Breny Mendoza e Karina Ochoa Muñoz. Os textos dessa seção investigam as categorias de patriarcado e gênero, e mostram a relevância desses conceitos para explicar a opressão das mulheres. María Lugones inicia o capítulo com “Colonialidad y género”, um texto clássico que traz a proposta de um feminismo decolonial. Discutindo com as visões de gênero de Anibal Quijano, e dialogando com as hipó-

teses de Oyéronké Oyewùmi e Paula Allen Gunn, Lugones argumenta que raça e gênero foram produzidos simultaneamente no processo de colonização. A autora investiga a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade para entender as violências sofridas por mulheres vítimas da colonialidade do poder. Sua proposta de um sistema moderno-colonial de gênero consiste em: indicar a divisão entre humano e não humano como a primeira grande imposição da colonização, correlacionar a invenção de gênero com a supremacia do homem branco-europeu, identificar a submissão do mundo extra-europeu frente a supremacia branca, e assinalar a raça, o gênero e a sexualidade como categorias co-constitutivas da episteme moderna-colonial.

A contribuição de Rita Laura Segato, intitulada “Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres” se refere à infiltração de relações de gênero de ordem colonial nas relações de gênero do mundo-aldeia. Aqui é importante salientar que, diferente de Lugones, Segato acredita na existência do gênero e de uma organização patriarcal (de baixa intensidade) no mundo pré-intrusão. Para ela, essas categorias já existentes são modificadas perigosamente com a modernidade. A colonização traz a perda do poder político das mulheres e promove a domesticação, enquanto a posição masculina é inflexionada e fortalecida com poderes e privilégios.

“La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latino-americano” é o título da contribui-

ção de Breny Mendoza. Sua reflexão é guiada por três problemáticas: (1) o feminismo e a questão de gênero, (2) as possíveis articulações do feminismo/gênero com a nova epistemologia do Sul (referência a Boaventura de Sousa Santos), e (3) o lugar das feministas latino-americanas na constituição dessa epistemologia. Para entender como essa nova perspectiva ofusca as lutas das mulheres, a autora analisa conceitos e terminologias a partir dos trabalhos de Anibal Quijano e Enrique Dussel. De acordo com Mendoza, considerar que gênero é um conceito anterior à sociedade, como faz Quijano, contribui para que haja uma naturalização das relações de gênero, encobrindo a forma com que as mulheres vivenciaram a colonização e vivenciam a colonialidade. Ignorar a colonialidade de gênero também impede que o feminismo eurocêntrico reconheça a interseccionalidade de raça e gênero, e a sua própria contribuição nos processos de dominação. Dussel, em suas vinte teses políticas, conclui que a diversidade e as demandas particulares devem formar um bloco hegemônico. Teoriza também sobre o público e o privado, colocando-os em esferas diferentes. Sua definição de política, para a perspectiva feminista, é masculinista, já que conceitos hegemônicos tendem a excluir as mulheres e separar o público do privado desconsideraria os conflitos da vida cotidiana e a microfísica do poder. A autora conclui abordando a ausência de um teoria feminista latino-americana e chama a atenção para a criação de um feminismo próprio, formulado a partir das realidades de *Abya Yala*.

Finalizando o primeiro capítulo, Karina Ochoa Muñoz examina os postulados teológicos do século XVI que formaram discursos sobre a “natureza do índio”, servindo posteriormente como justificativa para a colonização. Em seu artigo, intitulado “El debate sobre las y los amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racialización”, analisa os discursos de Ginés de Sepúlveda, Bartolomé de las Casas e Francisco de Vitoria, que investigavam se os ameríndios poderiam ser reconhecidos como seres humanos com plenos direitos teológicos e jurídicos. Nos três autores há uma imposição dos padrões europeus, negando ao indígena sua capacidade de autodeterminação. Sepúlveda negava os ameríndios como sujeitos civilizados, Vitoria negava seus direitos, e Las Casas dá a eles o título de “bons selvagens”. A partir disso, a autora identifica três tópicos que se encontram intimamente ligados aos debates que se constroem ao redor da conquista (e estruturam o sistema-mundo-moderno-colonial): a escravidão, a racionalização e a feminização dos índios. Feminizar o índio é equiparar o “caráter bestial do índio” com o de “ser mulher”, como um sujeito inferiorizado. A desumanização do índio tem como eixo a feminização e o uso de uma violência misógina. Compreender a imposição colonial e a colonialidade é reconhecer as implicações da feminização do índio e o caráter misógino do ethos moderno.

As contribuições de Silvia Rivera Cusicanqui, Breny Mendoza, Sylvia Marcos e Natalia Quiroga Díaz formam o segundo capítulo, intitulado “Procesos

constitutivos de la modernidad/colonialidad y experiencias de resistencia”. As organizadoras procuraram reunir textos que questionam os pilares da modernidade/colonialidade. Seguindo essa linha, a contribuição de Silvia Rivera Cusicanqui parte reconhecendo o direito como um instrumento da modernidade, chamando atenção para os aspectos masculinos e letrados das leis bolivianas, o que tem que ser levado em conta ao lidar com “direitos indígenas” e “direito das mulheres”. As reformas liberais do final do século XIX reforçaram o imaginário patriarcal. Ser cidadão boliviano se tornou sinônimo de homem, mestiço, fluente em castelhano e dono de propriedades. Diversas práticas mostram a lenta internalização do modelo hegemônico de família nas comunidades indígenas e a mudança nos âmbitos demográficos, sociais e culturais. A autora chama atenção para a questão da etnicidade, que foi e tem sido constantemente restringida por ações desenvolvidas pelo Estado boliviano. Esses fatores contribuíram para uma consciência de minoria pelos povos tradicionais, que se traduz na perda da memória histórica e na subalternidade (nos espaços públicos, legislativos, políticos). Diante disso, as problemáticas das mulheres indígenas são ainda mais invisibilizadas por questões de liderança, territorialização, noções ocidentais de política e patriarcado.

Em seguida, Breny Mendoza dedica-se a “Los ‘fundamentos no-democráticos’ de la democracia: un enunciado desde Latinoamérica postoccidental”. Seu ponto de partida é uma discussão so-

bre democracia a partir dos debates entre Bartolomé de las Casas e Ginés de Sepúlveda. Esses debates surgiram, no século XVI, nas primeiras fases da colonização. Reconhecendo só o europeu cristão como verdadeiramente humano, a Igreja cria uma noção normativa de “humanidade” para justificar o extermínio dos povos indígenas. Posteriormente a “humanização” dos ameríndios foi possível porque convinha aos europeus (questão de mão de obra e terras). Assim mesmo, como expõe Mendoza, “o reconhecimento formal dos “direitos do povo” não conseguiu deter o desenvolvimento de um ethos social caracterizado pela violência, a ausência da lei e a impunidade dos colonizadores europeus” (p.138). Para a autora, essa história ilumina os discursos de hoje sobre modernização, capitalismo e democracia.

A colaboração de Sylvia Marcos, de título “La espiritualidad de las mujeres indígenas mesoamericanas: descolonizando las creencias religiosas”, é uma análise das características epistêmicas das religiões nativas através do movimento das mulheres indígenas. O movimento amplo de mulheres indígenas tem começado a propor sua própria espiritualidade, recapturando as espiritualidades ancestrais com o objetivo de descolonizar os universos religiosos. Reclamam o direito de definir sua própria espiritualidade (auto definida) e recriar sua identidade. Passado e presente se unem formando uma força política. Ao lutar por essa causa, as mulheres indígenas desafiam as tradições que impediam seu espaço dentro e fora de suas comunidades. As temáticas pro-

postas são: espiritualidade como centro de suas culturas, espiritualidade relacionada com o sentido comunitário, e exigir das demais religiões respeito às crenças dos povos indígenas. Essas mulheres exigem ética e justiça (material, social, política). Também buscam o reconhecimento e respeito por suas crenças cosmológicas como parte integrante da sua visão feminista (feminismo relacionado à paridade, dualidade e equilíbrio).

O último texto do segundo capítulo é de autoria de Natalia Quiroga Díaz. “Economía del cuidado. Reflexiones para un feminismo decolonial” é dividido em quatro partes: a primeira parte mostra indicadores produzidos para dar conta da situação da desigualdade das mulheres na América Latina, e a segunda apresenta políticas formuladas pelo Estado como resposta a essa situação. Na terceira parte do artigo a autora reconhece as contribuições da economia feminista ao desenvolver o conceito de economia do cuidado, mas finaliza apontando o problema de uma conceituação feminista regional baseada nas teorias de outras realidades. Um ponto de vista decolonial sobre a economia colocaria a questão do cuidado a partir de mulheres que têm sido subalternizadas, permitindo emergir conceitos econômicos não-capitalistas e ocidentais.

O terceiro capítulo “Pensando la matriz de opresión desde la apuesta decolonial” se inicia com o artigo de Luiza Bairros, denominado “Nossos feminismos revisitados”. A autora faz uma reflexão sobre as teorias feministas que não dão conta das diferenças de

opressão entre as mulheres. O feminismo radical/liberal é demasiadamente generalista e individualista e mostrou-se insuficiente ao tentar definir o que une todas enquanto mulheres. Há duas versões que definem o que é ser mulher com base em “experiências universais”: uma coloca a maternidade como experiência central (o que reforça noções patriarcais e dificulta temas como aborto e direitos reprodutivos), e outra “toma a sexualidade entendida como forma de poder que transforma a mulher em objeto sexual do homem como experiência capaz de unificar todas as mulheres” (p. 183). Com isso, Bairros cita duas teorias feministas que procuram superar os conceitos fundamentais e consideram os contextos históricos e os conceitos de raça, gênero e classe: o feminismo socialista e o *punto de vista feminista (feminist standpoint)*.

A segunda contribuição do capítulo é de Marisol de la Cadena com seu artigo intitulado “La decencia y el respeto. Raza y etnicidad entre los intelectuales y las mestizas cuzqueñas”. Marisol de la Cadena analisa os diferentes significados que a categoria “mestiço” adquiriu em Cusco desde 1920. A autora propõe que as categorias “raça” e “etnicidade” são construções culturais e históricas. O artigo é dividido em três partes: na primeira é discutido o projeto modernizador dos indigenistas e o conceito de decência, e na segunda é colocada a perspectiva neo-indianista. A última parte é analisada a luta das mulheres que se identificam como mestiças. Um projeto que prevaleceu nos anos 1920 rechaçou a mestiçagem, exaltando a “pureza” como autenti-

cidade racial e cultural. Um segundo projeto, surgido nos anos 1930, exaltou a mescla. Ao longo desses dois períodos, as mestiças combateram a imagem sexualizada que a elite lhes impunha. O mercado foi o local de lutas políticas contra uma administração urbana que as consideravam sujas e ladras.

A contribuição de Emma Delfina Chirix García é intitulada “Subjetividad y racismo: la mirada de las/los otros y sus efectos”. Trata-se de um estudo onde mulheres maias da Guatemala relataram suas vivências, seus problemas e necessidades cotidianas. Ao longo da história, as mulheres mais têm sido oprimidas e violentadas por sua condição de gênero e etnia. A experiência atual não é diferente. Desde pequenas, essas mulheres sentem manifestações de desprezo através de gestos físicos. Sair de casa é deparar-se com ações de racismo. García atenta para o caráter passivo das mulheres maias: quando a vitimização é internalizada, diz ela, não há capacidade de responder à violência vivida. Essas mulheres aceitam a segregação imposta, interiorizam a existência de uma certa hierarquia, e atuam como se não tivessem direito de defesa. Diante desse ambiente hostil de discriminação, algumas tendem a negar sua identidade. Uma saída frente a isso é tomar consciência da história e tomar consciência da forma como a opressão tem sido internalizada.

Em seguida, “Proyectos corporales. Errores subversivos: hacia una performatividad decolonial del silencio”, de María Teresa Garzón Martínez, explora a construção de imagens sobre o corpo no começo, do século XX, em

Bogotá, a partir de uma perspectiva da colonialidade do ser. Para isso, a autora revisa fontes escritas, como os periódicos *Diario Nacional* e *El Tiempo*, usando como caso de estudo experiências que mostram o desejo da elite em defender o “capital simbólico da brancura” e derrotar a mestiçagem.

Por sua vez, Aura Estela Cumes, em “Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas”, analisa o encontro entre multiculturalismo e feminismo ao redor das lutas das mulheres indígenas na Guatemala. Essas mulheres, que ficam à margem das reivindicações dominantes do multiculturalismo e do feminismo, chamam a atenção para que ambas lutas se construam de uma forma mais completa. Reivindicam as diferenças e questionam as perspectivas hegemônicas, criando argumentos de análise da realidade. Para essas mulheres, a história nos fez desiguais e seria um erro ocultar essas assimetrias. Enfatizam que existem práticas de complementariedade, dualidade, equilíbrio e reciprocidade em suas comunidades que é necessário levar em consideração. Com relação ao feminismo, não há uma organização de mulheres maias que se assumam como feminista, mas há mulheres maias feministas (estas, no entanto, são estigmatizadas como aquelas que foram assimiladas pela cultura ocidental).

O artigo “La pollera como frontera: migración a la ciudad, la universidad y la negociación de la identidad” é de autoria desconhecida. Nele, é analisada a importância da vestimenta tradicional para as mulheres indígenas que saem de suas comunidades para estu-

dar na cidade. Apresentam-se as histórias de Julia Ramos e Katy Torrez, duas deputadas indígenas bolivianas. Ambas relatam terem sofrido discriminação (na cidade e nas instituições acadêmicas) por sua origem indígena e campestre. Ambas também perceberam em seus trajes tradicionais uma fronteira, o que se mostrou um dilema: despojar-se deles (como fez Katy Torrez) ou torná-los um símbolo de resistência (como foi o caso de Julia Ramos).

Dorotea A. Gómez Grijalva é responsável pelo último artigo do capítulo. “Mi cuerpo es un territorio político” é uma análise crítica sobre sexualidade, feminismo e racismo, na Guatemala, a partir da própria experiência de vida da autora. Grijalva, maya k’iche, feminista lésbica, assume seu corpo como território político por compreender ele como histórico, cheio de memórias e conhecimentos (ancestrais e próprios). Seu relato é o de um corpo marcado por uma história de subordinação múltipla.

O quarto capítulo é uma reunião de debates urgentes sobre feminismo, movimento de mulheres e descolonização. “Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género”, de Rosalva Aída Hernández Castillo, é o primeiro texto desse capítulo, no qual a autora apresenta uma reflexão sobre o surgimento do feminismo indígena no México, que está descentrando os discursos nacionalistas, indianistas e feministas. Se trata de uma luta com muitas frentes: as mulheres indígenas se unem ao movimento indígena nacional, denunciando a opressão econômica e o

racismo, e paralelamente a isso, estão desenvolvendo um discurso político próprio a partir de uma perspectiva de gênero, questionando o sexismo e o etnocentrismo. As mulheres indígenas têm assinalado os perigos dos discursos essencialistas e reivindicam o caráter histórico e dinâmico de suas culturas. Solicitam ao Estado o direito à diferença cultural, e em suas comunidades procuram mudar as tradições que consideram contrárias a seus direitos (tradições opressivas e excludentes). Mesmo que lutem pela construção de relações mais equitativas entre homens e mulheres, o conceito de feminismo não está presente em seus discursos políticos, pois consideram este uma ideologia burguesa, divisionista e individualista que separa a luta das mulheres de seus povos. Também estão dando a pauta de como repensar o multiculturalismo e a autonomia, ao mesmo tempo que reivindicam o direito de autodeterminação.

Seguindo a linha de Aída Hernández, Rosalía Paiva investiga o “Feminismo paritario indígena andino”. O conceito de gênero é parte de um processo social e acadêmico. É também uma construção cultural (rede de símbolos culturais, conceitos, padrões, elementos de identidade) que pode ser definida em função do tempo. Diferencia os sexos e os articula dentre de relações de poder. A cosmovisão indígena andina vê na paridade o princípio de tudo, a unidade não existe. Essa concepção reconhece o masculino e o feminino, tudo está dividido em dois pares complementares. A reciprocidade, a dualidade e a complementariedade

constituem o princípio fundamental da cosmovisão paritária andina. Essa adaptação foi transformada de maneira violenta pela colonização, que impôs uma série de práticas, dirigidas principalmente contra as indígenas, aprendidas e assumidas pelos indígenas homens. Com a globalização a opressão só se fortaleceu. Entretanto, as indígenas têm tirado experiência positivas disso, transformando-as em experiências organizativas. As mulheres indígenas em suas organizações começam a denunciar a opressão econômica, a apropriação de territórios indígenas, guerra, racismo, discriminação, exclusão. Por outro lado, no interior de suas comunidades, trabalham para modificar elementos impostos pelo colonialismo patriarcal ocidental. A luta é por recuperar a cultura de igualdade de condições ancestralmente vivenciadas.

O artigo desenvolvido por Yuderkys Espinosa Miñoso analisa a maneira como o feminismo latino-americano tem ignorado ou tentado dar conta das diferenças de classe e raça entre as mulheres da região. Em “Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional” Miñoso investiga a constituição histórica do feminismo latino-americano, a dependência ideológica desse feminismo com os discursos do primeiro mundo, e as dificuldades para a produção de um pensamento próprio. Para ela, há uma colonização discursiva do feminismo ocidental sobre as mulheres do terceiro mundo, mas há também a possibilidade de uma comunidade fe-

minista descolonizada que atente para a luta contra os efeitos nefastos da globalização.

A pergunta que guia o ensaio de Ochy Curiel Pichardo (“Hacia la construcción de un feminismo descolonizado”) é: qual feminismo permitiria questionar e modificar um mundo patriarcal/racista/heterossexual/classista? A autora aborda essa questão partindo do conceito de descolonização. Descolonização e feminismo permitem reconhecer a dominação histórica (econômica, política e cultural) dos povos, e os processos de submissão, racialização e sexualização resultantes do capitalismo, da modernidade ocidental e da colonização europeia. Ochy Curiel logra a construção de um pensamento próprio, de oposição ao feminismo branco/heterossexual/institucional/estatal, um feminismo que pense e re-pense a si mesmo.

Betty Ruth Lozano Lerma discorre sobre as novas propostas do feminismo a partir da realidade das mulheres do Pacífico Colombiano em “El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano”. Segundo Lerma, um feminismo surgido na Europa e América do Norte definiram o que é ser mulher, bem como categorias de gênero e patriarcado. As mulheres afrocolombianas vêm construindo um feminismo que questiona as abordagens universalistas do feminismo eurocêntrico. Para essas mulheres, por exemplo, seus direitos estão ligados à defesa do território e à defesa de tradi-

ções. Suas lutas estão vinculadas com suas comunidades. A partir da experiência dessas mulheres negras, a autora discute a diversidade de contextos que fazem as mulheres plurais e não homogêneas.

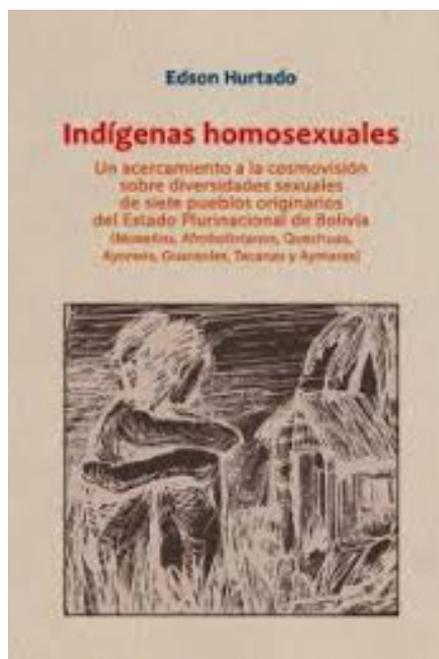
Em “Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras”, Diana Marcela Gómez Correal contribui para a discussão entre modernidade e feminismo na Colômbia, partindo da proposta decolonial. O artigo é dividido em duas partes: a primeira seção apresenta a conceituação de modernidade e a segunda expõe os quatro desafios que a relação entre feminismo e modernidade supõe para as lutas feministas: (1) as ideias de universalidade e igualdade, (2) Estado e democracia, (3) a prática política do feminismo, e (4) a construção de identidades.

A última contribuição do capítulo é de Francesca Gargallo Celestini. “Los feminismos de las mujeres indígenas: acciones autónomas y desafío epistémico” é uma pequena revisão bibliográfica de produções intelectuais de mulheres indígenas que têm pensando a história da exploração e da marginalização de seus povos, além de temas como racismo, gênero e patriarcado, a partir de seu próprio território de enunciação. Com isso, a autora questiona a centralidade da epistemologia ocidental e faz uma clara crítica ao feminismo que não reconhece as epistemes dos povos tradicionais.

O quinto e último capítulo do livro traz uma série de pronunciamentos, declarações e manifestos de diversos

movimentos de Abya Yala. A intenção é visibilizar e incluir dentro do debate o posicionamento político de diferentes experiências organizativas de mulheres e dos povos tradicionais, tendo em vista que a produção de conhecimento vem também de comunicados, declarações, cartas, entrevistas e testemunho oral. Os manifestos selecionados têm em comum: a luta contra o racismo, o patriarcado, o regime heteronormativo, o capitalismo, o imperialismo, o colonialismo e a produção acadêmica hegemônica.

A iniciativa do livro é parte de um exercício que busca desmontar e desdobrar os discursos hegemônicos do feminismo eurocentrado, que afirma ser os problemas de gênero universais e aplica conceitos ocidentais a mulheres não ocidentais (esquecendo, inclusive, de processos históricos importantíssimos, sendo definido por Rita Segato como a-histórico e anti-histórico). A compilação objetivou visibilizar e posicionar a produção feminista que vem sendo confeccionada pela Academia e pelos movimentos sociais durante as últimas décadas em Abya Yala. Buscou também construir uma genealogia feminista comprometida com a crítica à colonialidade.



INDÍGENAS HOMOSEXUALES: UN ACERCAMIENTO A LA COSMOVISIÓN SOBRE DIVERSIDADES SEXUALES DE SIETE PUEBLOS ORIGINARIOS DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA, organizado por E. Hurtado. La Paz, Bolívia: Julho de 2014.

Andressa da Silva Dias

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Rondônia; Bolsista CNPq.

Email: andressasilvad@hotmail.com

Edson Hurtado retrata sete histórias em forma de crônicas para visibilizar, dentro de um contexto constante de negação, histórias de indígenas com condições sexuais e de gênero, seus estudos contemplam os povos Ayoreos, afrobolivianos, Aymaras, Guaraní, Moxeños, Pocahuaras e Quechua. Os rela-

tos são resultados de uma investigação realizada em uma turnê de seis meses entre diversas cidades da Bolívia e teve objetivo central de fazer com que os leitores entendessem a realidade dos indígenas homossexuais.

O livro abrange o contexto social dos povos bolivianos de forma crítica para trazer conhecimento das condições das vivências e experiências dos que estão nessas condições. Segundo o autor “é necessário dizer as coisas como são, vê-las em sua verdadeira dimensão e entendê-las para poder propor novos caminhos”.

A homossexualidade é um tabu nas áreas urbanas e nas comunidades indígenas bolivianas, o tema é evitado trazendo resistência das lideranças indígenas na abordagem do assunto, ele se deparou com a dificuldade de encontrar espaços de diálogo, especialmente no mundo indígena, e para debruçar-se sobre os relatos foi preciso investigar, desmitificar e, a partir disso, plantar um cenário de debate sobre o tema.

Ele conta história de povos que sofreram maus-tratos, perseguições, punições e até dos que migraram das suas próprias comunidades. Há uma maior dificuldade para os indígenas assumirem suas condições sexuais publicamente e isso está ligado à imagem condicionada das aldeias estarem distante das imposições culturais e religiosas do ocidente fazendo com que suas práticas sejam vistas como menos viciadas e mais naturais. No entanto, os níveis de discriminação e violência contra as diversidades sexuais e de gênero são quase iguais ou piores do que nas gran-

des cidades, de acordo com Edson.

Eles estão expostos a diversos tipos de violências pela forma como as relações de gênero se constituíram historicamente, portanto há uma demanda de um conjunto de teorias, conceitos e pesquisas para compreensão dessas realidades. Para propor novos caminhos e para que se gerem novas políticas em combate a discriminação é necessário criar conceitos que dêem conta dessa imensa diversidade e utilizar um vocabulário inclusivo.

Fazendo analogia a um dossiê, a obra de Hurtado não nos propôs aportes teóricos mais adequados para planejar soluções metodológicas inovadoras para lidar com essas realidades. (Aceno 3(5):10-13. Jan. a Jul. de 2016. Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas. Novos descentramentos em outras axialidades).

Os materiais históricos que encontramos sobre a homossexualidade indígena é – quase – sempre carregado de um discurso discriminatório, muitas vezes para justificar a colonização, hierarquização e por fim desenvolver as relações de poder.

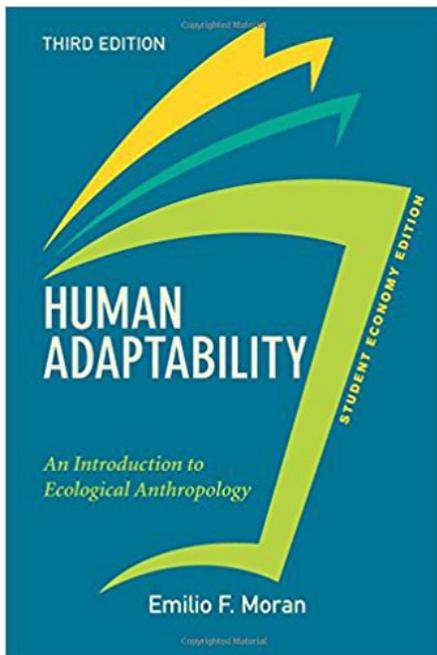
Para compreendermos essas invisibilidades e o silenciamento presentes nas negações dessas práticas é preciso observar os fenômenos políticos e como se relacionam os indígenas com o Estado e a sociedade, o que pode nos dizer algo sobre poder. A repressão a sexualidade indígena pelos colonizadores nos diz muito sobre o alcance do controle através da padronização de

comportamentos sexuais, das formas de se relacionar, formas de se vestir, e até através da arquitetura. Todos esses e outros mecanismos para obter poder sobre os povos colonizados reflete um modelo de hierarquia colonial existente até os dias atuais.

No desvendar de alguns casos podemos encontrar mitos da Amazônia boliviana para explicar desde a existência das diversidades sexuais e de gênero até desaparecimento de jovens garotas como, por exemplo, a história de Alfonso. O rapaz questiona sua avó por que ele gosta das coisas de mulheres, ela conta que quando sua mãe estava grávida esperava gêmeos, mas que sofreu muitas cólicas, febres e desmaios, e todos da comunidade rezavam pedindo um milagre, mas em uma noite de relâmpagos, trovões e fortes ventos o futuro dos dois e dele foi decidido, e ele comeu sua irmã, onde ela cede seu corpo e sua carne para que ele ficasse vivo, porém seu espírito era muito forte e não foi para o céu, ficou com ele, então, ela conta que dois espíritos habitavam no corpo dele, o dele e da sua irmã. Entre outras histórias e justificativas estão presentes nos relatos.

O presidente da Bolívia, Evo Morales, disse em um evento que o uso de hormônios na criação de frangos era a causa dos “desvios sexuais” dos homens. Edson Hurtado, como militante das causas LGBTI e investigador, escreveu o livro “Ser gay em tiempos de Evo, 2011” como uma espécie de resposta e para combater a homofobia, e a obra sobre indígenas homossexuais é uma continuação desses estudos.

A obra é um excelente ponto de partida para compreensão das vivências e problemáticas de homossexuais em situações etnicamente diferenciadas, principalmente levando-se em consideração um contexto periférico-amazônico e nos fornece um ponto de partida para uma discussão sobre a temática.



“HUMAN ADAPTABILITY: AN INTRODUCTION TO ECOLOGICAL ANTHROPOLOGY – STUDENT ECONOMY EDITION”

Eduardo Tarragó

Ministério Público Federal

Email: etarrag@gmail.com

O livro *Human Adaptability: an Introduction to Ecological Anthropology*, do antropólogo Emilio Moran (1946 – presente) e editado pela *Westview Press*, é uma republicação do texto da terceira edição, publicado em 2007. Agora com um adendo ao título, *Human Adaptability: an Introduction to Ecological Anthropology - Student Economy Edition*, esta edição publicada em 2016 é um dos mais importantes livros na área de antropologia ecológica, fundamental para pesquisas que envolvam *human-environment*

interactions. A primeira edição é de 1974, e a segunda foi publicada em 2000. No Brasil, e em português, circulam as traduções da segunda e terceira edições, de 1994 e 2010, respectivamente: ambas publicadas pela EDUSP e de boa qualidade. A importância deste livro reside em seu rigor científico, linguagem acessível, estrutura didática e na ampla cobertura que dá ao campo de estudos da antropologia ecológica, não sendo exagero considerá-lo como um texto clássico na área.

Em que pese as publicações nacionais deste livro, sua divulgação no meio antropológico brasileiro é bastante tímida, e por isto, é um texto menos conhecido entre cientistas sociais do que entre biólogos, ainda assim especificamente entre os que pesquisam temas que envolvem populações humanas. Para se ter uma ideia, a última resenha deste livro, no Brasil, refere-se à sua primeira edição em português e foi publicada nos Cadernos de Saúde Pública, editado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, há vinte anos, pela Dr.^a Sheila Mendonça de Souza. Deste modo, aproveitando-se da mais recente edição deste clássico da antropologia ecológica, entende-se oportuna sua resenha para o público brasileiro, esperando-se que sirva de incentivo à sua leitura integral e maior difusão nos departamentos de antropologia de universidades brasileiras.

Emilio Moran, antropólogo cubano naturalizado norteamericano, é atualmente o diretor do *Center for Training and Research on Global Environmental Change*, centro de pesquisas da Universidade de

Indiana, bem como é professor titular catedrático na mesma instituição. Suas pesquisas estão ligadas a temas que envolvam interações entre populações humanas e seus ecossistemas, promovendo maior aproximação entre ciências sociais e ambientais. Moran desenvolveu particular interesse e profunda experiência em temas amazônicos, tais como impactos de grandes empreendimentos, desmatamento, formas de uso e ocupação do solo, acesso a recursos naturais e impactos de mudanças ambientais globais sobre paisagens locais.

Nesta edição, o autor novamente manteve a estrutura da segunda edição, isto é, a obra preserva-se dividida em três partes, com um total de dez capítulos: a primeira parte é intitulada *environmental anthropology: history, theory and method* e abrange os capítulos 1 a 4; a segunda parte é intitulada *Studies of human adaptability*, abrangendo os capítulos 5 a 9; e a terceira parte é intitulada *Urban sustainability*, composta pelo capítulo 10.

Diferentemente do que ocorre com a estrutura, o conteúdo apresenta algumas importantes inovações em relação à segunda edição: inclusão das mais recentes contribuições de técnicas de análise espacial para os estudos de adaptação humana; questões sobre os efeitos das mudanças globais passaram a incorporar as análises dos ecossistemas particulares que são desenvolvidas ao longo do livro; questões relacionadas aos impactos do crescimento demográfico mundial sobre a sustentabilidade dos ecossistemas urbanos; atualização das referências ao final de cada capítulo, com a inclusão de *websites*; e atualização geral da seção de bi-

bliografia, ao final do livro.

O primeiro capítulo intitula-se *People in ecosystems* e apresenta ao leitor as ideias iniciais do que é a antropologia ecológica, com especial atenção à noção fundamental de adaptabilidade humana como mecanismo complexo de resposta a diferentes tipos de limitações ambientais. O autor discute conceitos básicos, tais como ajustamento e ecossistema. Destaque também é dado à importância, para pesquisas em antropologia ecológica, da elaboração de modelos. A partir dos conceitos de energia, matéria e informação, o autor demonstra de que forma os modelos, enquanto simplificação de problemas complexos, podem ajudar o pesquisador a compreender melhor o fenômeno da adaptação humana. A necessidade de considerar as mudanças globais sobre a estrutura e o funcionamento de ecossistemas ao redor do planeta é também um importante aspecto trazido pelo autor.

O segundo capítulo, cujo título é *Theories of human-habitat interaction*, discute as principais vias teóricas de discussões sobre adaptação humana. Inicia-se a exposição com uma revisão histórica sobre o determinismo ambiental e o determinismo cultural, em antropologia, assim como as influências do pensamento darwinista no percurso inicial da disciplina. Em sequência, faz a apresentação da ecologia cultural e seus métodos quando dos estudos sobre sociedades de caçadores-coletores, agricultores pré-industriais, pastoralistas e agricultores modernos. Discute ainda, mais detidamente, as bases teóricas da antropologia ecológica, tal

como foram historicamente constituídas e como é atualmente praticada. Contemplando as vias teóricas mais recentemente incorporadas nesta área do conhecimento, o autor aborda as influências da etnoecologia, da ecologia histórica, da ecologia política e da própria economia política sobre o momento atual da antropologia ecológica.

O capítulo três, *Fundamental concepts and methods*, adentra a conceitos específicos empregados em antropologia ecológica. Dedicada especial atenção ao entendimento do que são relações ecossistêmicas, à importância da produtividade vegetal para avaliação da adaptabilidade humana em um ecossistema, aos tipos de respostas fisiológicas e os mecanismos de ajustes reguladores socioculturais de que lançam mão as populações humanas no seu complexo desafio de adaptação e mudança. O autor discute também a tendência, a partir dos anos 80, em se levar em conta a tomada de decisão das populações humanas para a solução de seus problemas de ordem ambiental e econômica.

Ao encerrar a primeira parte do livro, no capítulo 4, cujo título é *Environmental change and spatial analysis*, o autor discute inicialmente a questão relacionada a escalas de análise dos problemas da interação entre populações humanas e seus ambientes, incluindo-se mudanças em escalas local, regional e global. Além disso, Moran ressalta a importância mais recente do emprego de ferramentas de sistemas de informação geográfica, de abordagens experimentais em ciências sociais e o papel das instituições sociais sobre os problemas analisados nas diferentes escalas de

avaliação das interações entre populações humanas e o ambiente.

A segunda parte do livro inaugura os *Studies of human adaptability*, focando-se em análises sobre adaptabilidade humanas nas principais categorias de biomas terrestres do mundo. No primeiro capítulo desta parte, o capítulo quinto, o autor volta-se para o fenômeno da adaptabilidade humana às zonas árticas. São tratadas a caracterização dos ecossistemas árticos, a adaptação fisiológica e cultural ao estresse causado por baixas temperaturas, às diferenças de duração dos períodos de luminosidade solar, à baixa produtividade biológica destes ecossistemas. São discutidas também as principais mudanças por que passam as zonas árticas na atualidade, com destaque para mudanças sobre técnicas e tradições empregadas pelas populações humanas nativas destes ecossistemas.

O capítulo seis trata da adaptabilidade humana às regiões grandes altitudes, tais como as que constituem as populações andinas. O autor inicia o texto pela caracterização dos ecossistemas montanhosos e os principais problemas relacionados à adaptação nestas áreas: hipóxia (baixa pressão de oxigênio) e capacidade de trabalho humano, baixas temperaturas, baixa produtividade vegetal devido à aridez dos solos, dieta das populações humanas, suas práticas agrícolas e relações com outras espécies deste tipo de *habitat*. São apresentadas as possibilidades de adaptação fisiológica e cultural que estão difundidas nestas regiões, bem como as mudanças que afetam tais ecossistemas.

O sétimo capítulo volta-se para os problemas de adaptabilidade humana a terras áridas, preocupando-se em caracterizar os ecossistemas de deserto, o tipo de vegetação disponível, sua fauna e as condições dos solos. São apresentados pelo autor os tipos de ajustes fisiológicos e culturais que as populações humanas dispõem para enfrentar a adaptação ao calor seco e a escassez de água, tais como o uso de recursos subterrâneos e técnicas de irrigação. Mudanças mais recentes nesses ecossistemas são também apresentadas, especialmente no que se refere a mudanças climáticas, à ocupação humana recente e novas possibilidades técnicas de acesso a fontes hídricas.

O capítulo oitavo é dedicado aos ecossistemas de savanas, que respondem por cerca de um quinto dos ecossistemas terrestres do planeta. São apresentadas suas principais características de clima, vegetação, solo, uso do fogo, manejo de rebanhos, distribuição anual da pluviosidade e acesso à água. São discutidas as estratégias adaptativas adotadas pelas populações humanas que vivem neste tipo de ecossistema, especialmente os desafios em relação à agricultura e à pecuária, bem como as mudanças globais e seus impactos sobre as dinâmicas de obtenção de recursos naturais em savanas.

O capítulo nove, que encerra a Parte II sobre a análise da adaptação em diferentes tipos de ecossistema, explora a adaptabilidade humana aos trópicos úmidos, descrevendo os principais ecossistemas de florestas pluviais tropicais do mundo, suas características de clima e produtividade biológica,

seus solos, sua flora e fauna, assim como as estratégias adaptativas das populações humanas destes *habitat* no que se refere à caça, coleta, plantio, pesca, bem como os problemas sociais das populações de floresta e suas estratégias de adaptação ao calor úmido. Questões sobre desflorestamento e impactos globais sobre tais ecossistemas são também discutidas.

Por fim, a Parte III do livro, formada pelo capítulo dez, discute detidamente os problemas de adaptação em contextos urbanos: a história das cidades, suas ecologias e suas dinâmicas espaciais. O autor reservou atenção especial para os ecossistemas urbanos dados às previsões de rápido crescimento demográfico neste tipo de ecossistema, ensejando preocupações de diversos tipos: ambientais e sociais. Questões prementes sobre a avaliação da adaptabilidade humana e da sustentabilidade de espaços urbanos são discutidas, tais como o uso de automóveis, crise hídrica e consumo de energia.

O livro *Human Adaptability: an Introduction to Ecological Anthropology* representa um completo e atualizado manual em antropologia ecológica disponível, bastante útil a estudantes iniciantes e a pesquisadores experientes. O texto introduz o leitor pelos conceitos e métodos difundidos neste campo da antropologia, que é nomeado pelo autor de *ecosystem approach*, além de apresentar e discutir um repertório bastante rico sobre a adaptação humana em uma ampla gama de ambientes terrestres, equilibrando a avaliação de ajustes de natureza fisiológica e cultural em todas as situações analisadas. Ao fim, o

livro apresenta um glossário de termos técnicos que foram grifados em negrito ao longo de todo livro, para rápida consulta e esclarecimento, bem como uma seção que apresenta uma extensa bibliografia de consulta, útil para o aprofundamento teórico e prático.

Cada vez mais os problemas que afetam a sobrevivência das populações humanas precisam ser analisados em suas relações com o ambiente em que ocorrem, mesmo em se tratando de cidades. O ser humano, como qualquer outra espécie, depende das condições do espaço físico em que vive e dos recursos dele provenientes. Diferentemente das outras espécies, no entanto, é capaz de modificar radicalmente o espaço em que vive, afetando assim a si próprio e suas gerações futuras. As relações entre populações humanas e seu entorno são, portanto, complexas, e exigem uma avaliação sistêmica e interdisciplinar tanto para sua compreensão quanto para a propositura de soluções técnicas. Esta é a proposta da antropologia ecológica, e sua aplicação em pesquisas no país ainda é bastante reduzida, em parte pela resistência de muitos departamentos de antropologia, no Brasil, em que se perdeu completamente a reflexão sobre as condições naturais da existência humana.

O livro aqui resenhado, com tradução para o nosso idioma, é seguramente o principal referencial teórico na área, sendo de consulta obrigatória para quem se adentra as pesquisas envolvendo interações entre populações humanas e seus ambientes.

REFERÊNCIA

Moran, E. F. 2016. *Human adaptability: An Introduction to Ecological Anthropology*. 3rd. Ed. Student Economy Edition. Boulder: Westview Press.